


 SANTA CASA DO PARÁ ASSISTÊNCIA E ENSINO	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS		

PAE nº E -2026/2266285

1- DEFINIÇÃO OBJETO:

- 1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de equipamentos médico-hospitalares de simuladores e manequins realísticos, configuração em português (Brasil), conforme especificações discriminadas neste termo, ANEXO I. Os objetos serão utilizados para realização de capacitação de residentes médicos e multiprofissionais, preceptores e servidores utilizando a simulação realística.
- 1.2 As aquisições atenderão às necessidades do Laboratório de Habilidades e Simulação Realística, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.
- 1.3 O objeto da contratação será por ITEM.
- 1.4 O critério de julgamento será melhor técnica e menor preço.
- 1.5 Sugere-se o Sistema de Registro de Preços.

IRP 2026/33 - SIMULADORES E MANEQUINS REALÍSTICOS / PROCESSO: 2026/2266285						
ORDEM	ITENS	CODIGO	FSCMPA	FHCGV	SESPA	QTD. TOTAL DE ITENS DOS ÓRGÃOS
1	SIMULADOR DE PARTO SIMPLES, MODELO PELVICO C/RECEM-NASCIDO	2318067	4	0	0	4
2	SIMULADOR CORPO INTEIRO EMERG.PEDIATRICA,MENINO DE 6 ANOS	2318237	4	0	2	6
3	SIMULADOR DE ANESTESIA EPIDURAL TORACICA E LOMBAR	2318261	4	2	0	6
4	TRONCO PARA ACESSO INTRAVENOSO CENTRAL-TORSO, ADULTO	2318288	4	2	0	6
5	CABECA P/ TREINAMENTO DE CRICOTIREOIDOSTOMIA	2318318	4	0	2	6
6	CABECA DE INTUBACAO ADULTO P/ TREINAM. EM BRONCOSCOPIA	2318326	4	2	0	6
7	SIMULADOR AVANÇADO ADULTO P/GERENC. AVANÇADO DE VIAS AEREAS	2318458	4	2	2	8
8	TORSO PARA GERENCIAMENTO DE VIA AEREA DIFICIL	2318474	4	2	0	6

 SANTA CASA DO PARÁ ASSISTÊNCIA E ENSINO	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS		

Fonte: Informações coletadas pela internet, 2026.

2- JUSTIFICATIVA – Necessidade da contratação

- 2.1** Justifica-se a contratação por uma série de motivos fundamentais para a aquisição do objeto que são simuladores e manequins realísticos que irão compor o Laboratório de Habilidades e Simulação Realística para aprimoramento da formação dos profissionais de saúde, residentes multiprofissionais (médicos, enfermeiros, nutricionistas, assistentes sociais, farmacêuticos, terapeutas ocupacionais) e área afins que compõem o corpo clínico da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMP). Essa contratação resultará em uma melhoria significativa na qualidade dos cuidados de saúde e na segurança dos pacientes e da equipe multiprofissional.
- 2.2** A contratação da aquisição do objeto que são simuladores e manequins realísticos que irão compor o Laboratório de Simulação Realística permitirá a modernização dos recursos, melhoria na formação dos profissionais, preparação para situações críticas, redução de custos a longo prazo e atendimento às normas regulatórias.
- 2.3** Os bens objetos desta contratação são caracterizados como equipamentos médico-hospitalares, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

3- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1** Análise de possíveis soluções para atender demanda definida neste instrumento: Licitação Pública
- 3.1.1** Esta solução visa atender a demanda definida conforme o processo transparente e competitivo com critérios relevantes. Os interessados participarão do processo por critérios estabelecidos, como melhor tecnologia, preço, maior desconto qualidade dos equipamentos, prazo de entrega, suporte técnico, custo-benefício e conformidade com as exigências técnicas.

4- NATUREZA DO BEM.



- 4.1** A natureza do bem é comum: equipamentos médico-hospitalares de simuladores e manequins realísticos. Projetados para reproduzir características anatômicas e fisiológicas humanas, permitindo a prática e procedimentos médicos e o treinamento de intervenção em um ambiente simulado.

5- PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM

- 5.1** Não haverá prova de qualidade.
- 5.2** Não haverá exigência de amostra.
- 5.3** Os aspectos de qualidade, rendimento, durabilidade e segurança dos equipamentos antes da aquisição, considerando as especificidades deste termo de referência e os requisitos estabelecidos. Garantindo desta forma equipamentos confiáveis e adequados para a necessidade de saúde.

6- PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO.

- 6.1** Fiscal do Fornecedor

 SANTA CASA DO PARÁ ASSISTÊNCIA E ENSINO	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS		

Nome: Erica Gomes do Nascimento Cavalcante Cargo: Diretora

Matrícula: 5904780

e-mail: ericagcavalcante@yahoo.com.br // erica.cavalcante@santacasa.pa.gov.br



6.2 Fiscal Substituto

Nome: Edna Suely Ferreira Lima

Cargo: Enfermeira

7- ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 7.1 O bem deve ser entregue de forma total, de uma só vez.
- 7.2 O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, em remessa total ou parcelada.
- 7.3 **Local e horário de Entrega:** Almoxarifado Central da Santa Casa, localizado na **Rua Oliveira Belo 395**, no Bairro do Umarizal, **CEP: 66050-380 -Belém/PA**.
- 7.4 O horário de entrega é das 08:00 às 15:00 horas de segunda a sexta-feira. Podendo ser agendado pelo telefone (91) 3251-7371.
- 7.5 Validade de insumos:
 - 7.5.1 Quando a vida útil for igual ou inferior a 12 (doze) meses, validade mínima de 70% (setenta por cento);
 - 7.5.2 Quando a vida útil for superior a 12 (doze) meses, validade mínima de 50% (cinquenta por cento).
- 7.6 Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (dias), a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.7 Não serão aceitos quaisquer produtos/materiais, que estejam em mau estado de conservação ou com suas embalagens abertas, violadas ou amassadas.
- 7.8 O preço proposto deverá incorporar todas as parcelas que onerem o valor final do produto/material, tais como, fretes, impostos, seguros, despesa com prestação de garantia, ajustes iniciais, testes de adaptabilidade, regulação do aparelho à necessidade do paciente, etc., devendo ser expresso em moeda nacional.
- 7.9 As marcas de referência serão para fins de especificação adequada do objeto, foram indicadas marcas meramente referenciais;
- 7.10 As marcas de referência indicadas nas especificações têm caráter meramente indicativo, exemplificativo, podendo ser aceita qualquer outra que atenda integralmente às especificações técnicas do objeto;
- 7.11 Adequação das propostas ao objeto do procedimento; qualidade; manutenção e assistência técnica; garantia; rendimento; preço; prazos de fornecimento ou de conclusão, condições

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS		

de pagamento; anteprojeto de engenharia, se for o caso e outros critérios previstos neste termo;



- 7.12** Deverão ser rigorosamente observadas as especificações dos itens objeto desta licitação, respeitando-se os requisitos mínimos exigidos;
- 7.13** Serão aceitos produtos com especificações iguais ou superiores das que constam na tabela acima, observando-se, no entanto, o exclusivo critério de julgamento pela melhor técnica, menor preço, maior desconto por item;
- 7.14** Os produtos definidos neste Termo deverão que ser novos e sem utilização anterior, originais e de boa qualidade, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios que impeçam ou reduzam a sua usabilidade, observando rigorosamente as características especificadas, devendo
- 7.15** ser apresentados nas embalagens originais dos fabricantes, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega;
- 7.16** O contrato de aquisição de produtos só estará caracterizado mediante a confirmação de recebimento da Ordem de Compra, pelo fornecedor;
- 7.17** O objeto de aquisição deverá apresentar folder, manual, catálogo e/ou afins, oficial do fabricante do produto, contendo todas as especificações do mesmo, em português (Brasil), possibilitando análise técnica face às especificações contidas neste termo. O folder, manual, catálogo e/ou afins, deverá ser enviado para o endereço eletrônico ou anexado no portal de licitações, conforme convocação;
- 7.18** Caso não seja possível avaliar o produto físico, será solicitado documentos técnicos para análise técnica que será realizada através de folder, manual, catálogo e/ou afins, devendo ser postado em até 05 (cinco) dias úteis da convocação. **ATENÇÃO:** O fabricante deverá ficar atento ao endereço indicado na convocação de apresentação de documentos técnicos, onde os referidos documentos serão enviados, não sendo responsabilidade de Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará eventuais extravios. As despesas com frete, carga e descarga, embalagem, correrão por conta da fornecedora detentora do preço registrado. Fica a cargo do fornecedor ou transportador por ele contratado a descarga e movimentação do material do veículo até o local designado pelo funcionário responsável pelo recebimento;

8- ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO.

- 8.1** Será de responsabilidade da Assistência técnica e estrutura física e de suporte da empresa fabricante do simulador localizada no Brasil e/ou exterior, ter 12 (doze) meses de garantia, contados da data do recebimento definitivo do material. Para os objetos sem descrição manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças de reposição e/ou manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças de 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo do material.

9- DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR.

- 9.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a sua forma eletrônica, para a formação do sistema de registro de preços, com adoção do critério de julgamento menor preço por item.

	<p align="center">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p>	
	<p align="center">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>	
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS</p>		

9.2 Critério de Julgamento.

9.2.1 Será julgado o critério de menor preço, desde que atendas as especificações e se enquadre no padrão de qualidade de melhor técnica.

9.3 Da Vigência da Ata de Registro de Preços.

9.3.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogada uma única vez por igual período.

9.4 O orçamento da estimativa será sigiloso.

9.4.1 Para dos devidos fins, segue no anexo-II a justificativa para o orçamento sigiloso.

9.5 Critérios de Aceitação das propostas:

9.5.1 A proposta deve observar os valores unitários aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado.

9.6 O licitante que apresentar o menor preço deverá enviar proposta conforme especificações técnicas deste Termo de Referência e ainda vir acompanhada conforme a seguir:

9.6.1 Especificação, quantidade e valor unitário do produto, nos termos do Anexo I deste edital.

9.6.2 Nome do fabricante, marca/modelo e número do produto no Ministério da Saúde/ANVISA, no caso de equipamento.

9.6.3 Procedência do produto (País de origem).

9.6.4 Prazo de garantia contra defeito de fabricação.

9.6.5 Prazo de montagem (início e término) – para os todos os itens, do termo de referência, se for o caso;

9.6.6 Prazo de validade da proposta, que não deverá ser inferior a 03 (três) meses.

9.7 Indicar o valor unitário de cada um dos itens que o licitante está disputando, cotado em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em até duas casas decimais após a vírgula.



9.8 Conter o nome, estado civil, profissão, número do CPF e do documento de Identidade (RG), domicílio e cargo na empresa, da pessoa que ficará encarregada da assinatura do contrato.

9.9 Da Gestão Do Contrato/Ata De Registro De Preço:

9.9.1 A Ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.9.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.9.3 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

	<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p>	
	<p style="text-align: center;">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>	
<p style="text-align: center;">TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS</p>		

9.9.4 O gestor da Ata de Registro de Preços acompanhará a manutenção das condições de habilitação da detentora, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.9.5 A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seu(s) anexo(s).

9.10 Possibilidade De Alteração Do Preço Registrado:

9.10.1 O preço registrado poderá ser alterado após negociação, conforme dispostos do decreto ESTADUAL nº 3.371, de 29 de setembro de 2023.

9.11 Do Cancelamento do Registro de Preços:

9.11.1 O registro do fornecedor será cancelado quando:

9.11.1.1. Descumprir as condições da Ata de registro de preços, sem justificativa plausível;

9.11.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela FSCMPA, sem justificativa aceitável;

9.11.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.11.1.4. Sofrer sanção de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade;

9.11.1.5. Não aceitar o preço revisado pela FSCMPA

9.11.1.6. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.1.7. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

9.11.1.8. Por razão de interesse público; ou a pedido do fornecedor.

10- REQUISITOS DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.



10.1 Será exigida a qualificação técnica, e deverá ser enviado em anexo à proposta da licitante:

10.1.1 Comprovação do registro dos produtos na ANVISA.

10.1.1.1. Comprovante do Registro, Cadastramento ou Notificação do produto ofertado no Ministério da Saúde do Brasil/ANVISA, ou comprovação da ausência desta obrigatoriedade.



10.1.1.2. Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar documento que comprove o pedido de sua revalidação (protocolo) juntamente com o comprovante de pagamento da taxa de revalidação do referido registro.

10.1.2 Certificado de Boas Práticas de Fabricação emitido pelo Ministério da Saúde do

	<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p>	
	<p style="text-align: center;">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>	
<p style="text-align: center;">TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS</p>		

Brasil/ANVISA, ou comprovação da ausência desta obrigatoriedade.



- 10.1.3** Comprovação através de documento emitido pela Fábrica a existência de Assistência Técnica autorizada, conteúdo minimamente: razão social, CNPJ, endereço com CEP, números de telefones, endereço eletrônico (e-mail), e nome do responsável técnico, se aplicável.
- 10.1.4** Licença ou autorização da Vigilância Sanitária em favor da licitante, autorizando a mesma a comercializar o objeto desta licitação que se subordina a normas de vigilância sanitária se aplicável.
- 10.1.5** Deverá também ser enviado em anexo à proposta, para efeito de julgamento técnico do produto que a licitante está disputando catálogo descritivo e figurado do item ofertado, em idioma português ou traduzido para o mesmo vernáculo por tradutor juramentado, onde constem as especificações técnicas do produto ofertado, necessárias e suficientes para verificar a sua adequação às especificações requeridas no Termo de Referência.
- 10.1.6** Contrato social atualizado ou no caso de firma individual, documento respectivo onde conste o objeto social da pessoa jurídica, bem como, quem é responsável para representá-la extrajudicialmente.
- 10.1.7** Autorização de Funcionamento Empresa (AFE) do licitante, e da fabricante/ou detentora do registro na Anvisa, conforme legislação vigente, na validade, devendo apresentar cópia da AFE ou impressão da tela do site da ANVISA com a situação “ATIVA”, se aplicável.
- 10.2** Todos os produtos listados deverão ter garantia que o ano de fabricação não exceda o ano exercício ou o anterior imediato do pedido, devendo haver indicação expressa ou declaração do licitante – assinada pelo representante legal.
- 10.3 Critérios para avaliação da documentação:**
 - 10.3.1** Verificar e validar a documentação técnica apresentada, incluindo os documentos pertinentes ao fornecedor e ao material;
 - 10.3.2** Verificar e validar se a proposta apresentada atende ao termo de referência;
 - 10.3.3** Compor as documentações como: Catálogo, Manual de operação (e mídia, caso possua) na língua portuguesa Brasileira;
 - 10.3.4** Embalagem: Acondicionado de acordo com a praxe do fabricante, de forma a garantir a integridade do produto até o local de uso. Deverão constar externamente na embalagem os seguintes dados: conteúdo qualitativo e quantitativo, marca comercial, procedência de fabricação, CNPJ da empresa e número do registro no Ministério da Saúde/ANVISA.
 - 10.3.5** No caso de Ata e do contrato ser assinado por procurador da licitante vencedora, deverá ser enviado o instrumento público ou particular de procuração, este com assinatura reconhecida em cartório.
 - 10.3.6** Documento de identidade do responsável pela licitante ou de seu Procurador, no caso de ser este o responsável pela assinatura da ATA e do contrato.
 - 10.3.7** Os documentos emitidos pela ANVISA serão analisados por profissionais da presente FSCMPA, como validade de registro e tecnovigilância do produto.

	<p align="center">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p>	
	<p align="center">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>	
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS</p>		

- 10.4** As empresas que não apresentarem a documentação supracitada serão automaticamente eliminadas.

11- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

- 11.1** Não será exigida qualificação técnica.
- 11.2** Fornecer os produtos atendendo plena e satisfatoriamente o especificado no Termo de Referência, entregando o objeto nas quantidades e prazos estabelecidos.
- 11.3** Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto entregue.
- 11.4** A entrega do objeto deve ser com Nota Fiscal Eletrônica, de acordo com o especificado na nota de empenho, juntando a esta as Certidões de Regularidade Fiscal (FGTS, Previdenciária, Dívida Ativa da União e Receita Estadual).
- 11.5** A entrega do objeto em desacordo com o solicitado neste Termo e aprovado pelo parecer técnico, deverá ser trocado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação do erro.
- 11.6** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 11.7** Os equipamentos médico-hospitalares serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade entregue e consequente aceitação, no prazo de até 3 (três) dias úteis que contará após a montagem e instalação, através do atesto realizado por servidor público devidamente habilitado.
- 11.8** A instalação do equipamento médico-hospitalar deve ser realizada pelo fornecedor ou seu representante autorizado, devendo ser iniciada exclusivamente após seu recebimento formal e aprovação dos requisitos de pré-instalação.
- 11.9** Deve efetuar os testes de instalação do equipamento, realizando demonstração de seu funcionamento à equipe técnica de acompanhamento.
- 11.10** Deve fornecer à Instituição todas as informações técnicas em português, necessárias e suficientes para a operação correta e segura do equipamento (manual de operação).
- 11.11** Deve realizar treinamento nos três turnos: manhã, tarde e noite durante 3 dias seguidos, considerando a escala dos funcionários da Instituição.
- 11.12** Os custos de treinamento, tanto dos operadores do equipamento quanto dos técnicos de manutenção da Instituição, incluindo a participação de especialistas (quando necessário) e o possível uso de material didático são de total responsabilidade da CONTRATADA.
- 11.13** Todas as manutenções corretivas, preventivas necessárias para o produto e/ou seus acessórios dentro do período de garantia devem ser realizados pela CONTRATADA sem ônus à Instituição com emissão de Certificado.
- 11.14** Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito, via e-mail ou por telefone, obrigando-se a empresa ao atendimento preliminar no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS		

- 11.15** Fornecer os produtos novos, de primeiro uso e que estejam na linha de produção atual do fabricante e em perfeitas condições de uso, conforme as propostas apresentadas e suas especificações.
- 11.16** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas no presente instrumento.
- 11.17** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela FSCMPA.
- 11.18** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela FSCMPA Há critérios de Sustentabilidade para contratação.

12- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.



- 12.1** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 12.2** Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir as obrigações;
- 12.3** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 12.4** Não permitir a intervenção de estranhos na instalação do equipamento contratado.
- 12.5** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 12.6** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 12.7** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 12.8** Rejeitar os serviços ou insumos nas quais as especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes no Termo de Referência e seus anexos;
- 12.9** A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 12.10** Cabe ao setor GEQP - Gerência de Equipamentos notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos itens que compõem o objeto deste termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

13- SUSTENTABILIDADE.

- 13.1** Critérios de Sustentabilidade para contratação nos documentos de contratação, termo de referência ou Edital, na seleção dos fornecedores, promovendo a sustentabilidade em todas as etapas da inscrição e esperando a redução do impacto ambiental e social dos equipamentos adquiridos.

14- TREINAMENTO.

- 14.1** Deverá a contratada disponibilizar um técnico de sua empresa para capacitação dos

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS		

profissionais de saúde, residentes e profissionais afins do manuseio adequado do (s) objeto (s) adquirido (os) pela contratante, por um período de 12 meses contados da data do recebimento definitivo do material, este treinamento pode ser online.

15- DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.

15.1 O presente contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, em função da responsabilidade futura das garantias contratuais do objeto, e não haverá prorrogação.

16- GARANTIA DE CONTRATO, PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO.

16.1 Da garantia do produto:

16.1.1 Os produtos deverão ter garantia assegurada de no mínimo 12 (doze) meses.

16.1.2 A garantia terá início após instalação, testes e liberação para o pleno funcionamento dos equipamentos na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA), sem ônus adicional para a instituição, com garantia de comercialização de peças e assistência técnica no país, onde tal requisito deve estar descrito no Termo de Garantia ou Certificado de Garantia Fornecido pelo Fabricante ou Fornecedor;



16.1.3 Os chamados relativos à garantia serão feitos pela Contratante, por escrito, e-mail ou por telefone, obrigando-se a empresa a atendê-la no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas e, caso tenha que retirar os produtos das instalações do usuário, os equipamentos devem ser devolvidos em prazo acordado com a Contratante, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições contratuais.

16.2 **Forma de Pagamento:**

16.2.1 A forma de pagamento será por ordem bancária na conta corrente da contratada, no prazo de até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com comprovante de regularidade fiscal da contratada.



16.2.2 A prova de Regularidade Fiscal pode ser feita por consulta SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante, ou ainda pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.

Belém (PA), 14 de abril de 2026

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS		





Eng^o. Clínico Luís Carlos Braga Campelo - CREA: 15115010791/PA
 Gerência de Equipamentos - GEQP/CEFF
 Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará - FSCMPA
 Rua Bernal do Couto, nº 1040 - Umarizal, Belém/PA - CEP: 66.055-080
 Fone: (91) 3251-2305 / (91) 9 8139-2278 - CNPJ: 04.929.345/0001-85

 SANTA CASA DO PARÁ ASSISTÊNCIA E ENSINO	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS		



ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO



DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO SIMAS	QTD
01	SIMULADOR DE PARTO Simulador de parto para treinamento avançado em cenários de parto, abrangendo situações complexas e normais, o simulador deve ser fixado ao operador, que assumirá o papel da parturiente, controlando manualmente o cenário de treinamento, comunicação e as funções descritas, capacidade de simular parto normal, parto assistido com vácuo, parto pélvico, distocia de ombro, prolapso de cordão umbilical, entrega da placenta, retenção placentária, placenta incompleta, sangramento com controle da intensidade e volume de perda sanguínea, ajuste do posicionamento do bebê no canal de parto e controle da entrega do bebê, realização de massagem uterina, compressão uterina, simulação de útero contraído e útero flácido, procedimentos de cateterismo vesical urinário, simulação de vias aéreas com fornecimento de oxigênio, técnicas de aspiração, ventilação com pressão positiva, respiração espontânea, simulação de choro do recém-nascido, identificação de marcos anatômicos para realização de RCP, ventilação com máscara bolsa-válvula, compressões torácicas, simulação de pressão sanguínea e pulso, incluindo pulso umbilical manual, ausculta manual dos sons cardíacos fetais, placenta com cordão umbilical, concentrado de sangue para simulação de hemorragias, equipamento de sucção, dois pares de luvas sem látex, estetoscópio fetal, pano de recolha de fluidos, cuba para drenar líquidos, cateter de urina, seringa de 20 ml, simulador de recém-nascido com bolsa de aperto para simulação de choro no nascimento, respiração espontânea, pulso umbilical palpável, ausculta dos sons cardíacos, dois clamps umbilicais, folhas para simular toalhas, crânio com fontanelas, mochila para transporte, manual de instruções de uso, garantia mínima de 12 meses.	231806-7	4
02	SIMULADOR CORPO INTEIRO EMERGÊNCIA PEDIÁTRICA Simulador pediátrico que representa um menino de 6 anos, capaz de simular uma ampla variedade de condições, desde uma criança saudável, falando, até um paciente em estado crítico sem sinais vitais, permite a realização de uma vasta	231823-7	6

 SANTA CASA DO PARÁ ASSISTÊNCIA E ENSINO	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS		

	<p>gama de habilidades pediátricas, proporcionando experiência prática em problemas pediátricos fatais, simulação de respiração espontânea com elevação torácica observável, frequências respiratórias variáveis, diversos sons das vias aéreas superiores sincronizados com a respiração, detecção de ventilações mecânicas, máscara de ventilação manual, sons respiratórios normais e anormais, saturação de oxigênio e forma de onda (monitor de paciente opcional), simulação de complicações respiratórias, pulmões esquerdo e direito que podem ser fechados ou abertos para permitir ventilações, movimento torácico bilateral com respiração espontânea, elevação torácica unilateral com intubação do lobo direito, sons respiratórios unilaterais e bilaterais, vias aéreas modeladas anatomicamente até a traqueia, vias aéreas realistas com marcos anatômicos, intubação oral e nasal, inserção de máscara laríngea (LM) e tubo endotraqueal (ET), simulação de edema de língua, inserção de sonda nasogástrica (NG), presença de cartilagem cricoide, simulação de inclinação da cabeça e manobra de elevação e tração da mandíbula (sem sensor), capacidade de desfibrilação e cardioversão, estímulo cardíaco, extensa biblioteca de ECG, sons cardíacos variados sincronizados com ECG, monitoramento do ritmo de ECG (3 derivações), visor de ECG de 12 derivações (monitor de paciente opcional), simulação de RCP com compressões que geram pulsos carotídeos palpáveis, forma de onda de pressão arterial e artefatos de ECG, detecção e registro de compressões no registro de dados, acesso venoso (braço e mão direitos), acesso intraósseo (tíbia direita), pressão arterial medida manualmente por auscultação dos sons de Korotkoff, pulsos carotídeos bilaterais, braquiais e radiais unilaterais (lado esquerdo) sincronizados com ECG, intensidade de pulso variável com pressão arterial.</p>		
03	<p>PUNÇÃO EPIDURAL, TORÁCICA E LOMBAR</p> <p>Simulador para punção epidural torácica e lombar com resistência realista durante a passagem da agulha, permite vários métodos de treinamento nas áreas lombar e torácica, incluindo punções lombares, apresenta anatomia correta da coluna vertebral de T7 a L5 e marcos anatômicos para palpação, como cristas ilíacas (linha intercrystal), escápula (omoplata ângulo inferior) e processo espinhoso, acompanha uma pelve unissex, um bloco de punção, um suporte de apoio, uma bolsa de drenagem, uma seringa de 50 ml, dimensões de 48 x 23 x 29 cm.</p>	231826-1	6
04	<p>TRONCO PARA ACESSO INTRAVENOSO CENTRAL – TORSO</p> <p>Tronco para acesso intravenoso central, torso realístico para treinamento adulto, confeccionado em PVC e resina plástica</p>	231828-8	6

 SANTA CASA DO PARÁ ASSISTÊNCIA E ENSINO	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS		



	emborrachada siliconada, com dimensões de um adulto, permite praticar técnicas de acesso intravenoso para cursos de ACLS e ATLS, projetado para atender metas educacionais fundamentais de programas de treinamento, acompanha dois acessórios em forma de almofadas especialmente desenhadas com tecido autocicatrizante, inclui carcaça interna do torso IV, carcaça externa do torso IV, acessório clavicular (almofada), acessório femoral (almofada), frasco de concentrado de simulador de sangue.		
05	CABEÇA PARA TREINAMENTO DE CRICOTIREOIDOSTOMIA Cabeça para treinamento de cricotireoidostomia, simulador desenvolvido para o aprendizado e prática de técnicas de cricotireoidostomia por agulha ou cirúrgica, com marcos anatomicamente precisos para auxiliar no treinamento do local e permitir ação rápida, pescoço hiperestendido que possibilita ao usuário determinar o local apropriado para a incisão, traqueia substituível com via aérea que passa completamente de cima para baixo, permitindo a verificação do posicionamento do estilete e do obturador após a incisão, completo com queixo e pescoço em tamanho real, possibilidade de uso de amarras para manter o obturador em posição fixa, insuflação do pulmão simulado para verificar o posicionamento correto, inclui base, seis peles de pescoço substituíveis, seis inserções de traqueia adulta (quatro rígidas, duas macias), seis inserções de traqueia infantil (quatro rígidas, duas macias), dois pulmões simulados, manual de instruções e estojo de transporte rígido.	231832-8	6
06	CABEÇA DE INTUBAÇÃO ADULTO Simulador para prática realista de manejo das vias aéreas, projetado para desenvolver proficiência em habilidades como aspiração, limpeza, intubação e ventilação manual com máscara, oferece ambiente de treinamento com o mesmo equipamento utilizado em situações da vida real, pode ser usado para demonstrar broncoscopia das vias aéreas superiores e intubação endotraqueal guiada por broncoscopia, inclui vômito simulado, dentes que clicam sob pressão excessiva, possibilita inspeção visual da expansão pulmonar, ausculta dos sons respiratórios, manobra de Sellick (pressão cricoide), simulação de laringoespasma, intubação, aspiração e desobstrução.	231832-6	6
07	SIMULADOR AVANÇADO ADULTO Manequim realista de corpo inteiro de qualidade para treinamento das habilidades de suporte avançado à vida, projetado para a prática de cenários de vias aéreas avançadas, difíceis e obstruídas, terapia intravenosa, permite desfibrilação cardíaca, estimulação e interpretação de ECG de uma extensa biblioteca de variações de ritmo, plataforma flexível de	231845-8	8

 SANTA CASA DO PARÁ ASSISTÊNCIA E ENSINO	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS		

	<p>manequim completo com currículo de simulação baseado em cenário, oferece uma ampla variedade de módulos acessórios para arranjos de treinamento incluindo RCP, ACLS, NBC, trauma, controle de sangramento e primeiros socorros, incorpora cenários de simulação consistentes disponíveis no SimStore , permite aos instrutores integrar a simulação em seus currículos de treinamento clínico, ajudando os alunos a cometer e corrigir erros clínicos sem consequências adversárias, nota: um SimPad PLUS é necessário para operação do Manequim MegaCode Kelly Advanced, o Sistema SimPad PLUS é vendido separadamente, inclui: (1) Manequim (compatível com SimPad), (1) Braço de treinamento IV multivenoso, (1) Perna Intraóssea, (6) Peles de pescoço, (1) Rolo de fita de membrana cricotireóidea, (1) Lubrificante para vias aéreas, (1) Jaqueta, (1) Calças, (1) Maleta de transporte, (6) Módulos de tubo torácico, (1) Manguito de PA, (1) Instruções de uso.</p>		
08	<p>TORSO PARA GERENCIAMENTO DE VIA AÉREA DIFÍCIL</p> <p>Torso para gerenciamento de via aérea difícil, simulador projetado para permitir a simulação de situações que dificultam a intubação orotraqueal, inclui cenários como laringoespasma, laringe deslocada, edema de língua, mandíbula recuada ou protuberante, trismo, deve oferecer recursos anatômicos realistas para treinamento eficaz em técnicas de manejo de vias aéreas complicadas, ideais para aprimorar as habilidades dos profissionais de saúde em emergências respiratórias</p>	231840-4	6



Eng^o. Clínico Luís Carlos Braga Campelo - CREA: 15115010791/PA
Gerência de Equipamentos - GEQP/CEFF
Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará - FSCMPA
Rua Bernal do Couto, nº 1040 - Umarizal, Belém/PA - CEP: 66.055-080
Fone: (91) 3251-2305 / (91) 9 8139-2278 - CNPJ: 04.929.345/0001-85

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS		

ANEXO II

JUSTIFICATIVA DO ORÇAMENTO SIGILOSO.



Em consonância com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – “Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas...”, cita-se:

Conforme Zymler e Dios (2014, p. 117),

A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances fechados. Amplia-se assim, a competitividade do certame e propicia-se melhores propostas para administração. Não se ouvida que determinados agentes do mercado participam de licitações e elaboram suas propostas sem analisar sua capacidade de honrá-la. Esses agentes, seja por não disporem de meios para tanto, seja por não estarem dispostos a arcar com as despesas daí decorrentes, simplesmente se baseiam no orçamento efetuado pela administração. Esse procedimento, contudo, é temerário porque as propostas podem não refletir a realidade econômica do licitante, redundando em dificuldades posteriores na execução contratual. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente.

Ainda segundo Zymler e Dios (2014),

Em relação a eventual violação do princípio da publicidade, explicitado no caput do art. 37 da Constituição Federal, deve-se lembrar o

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS		

entendimento de que nenhum princípio constitucional é absoluto de forma que se deve buscar harmonizá-los na hipótese de eventual antagonismo entre dois princípios — no caso o da publicidade em contraposição aos da eficiência e/ou da economicidade. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração. Logo as principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação do orçamento ao final do certame.

Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo dos riscos e complexidade da obra, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.

Desta forma e por todo justificado anteriormente, a FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ informa aos Licitantes que o ORÇAMENTO PREVIAMENTE ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO SERÁ TORNADO PÚBLICO APENAS E IMEDIATAMENTE APÓS O ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO, tornando público apenas divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.



Eng.º Clínico Luís Carlos Braga Campelo - CREA: 15115010791/PA
Gerência de Equipamentos - GEQP/CEFF
Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará - FSCMPA
Rua Bernal do Couto, nº 1040 - Umarizal, Belém/PA - CEP: 66.055-080
Fone: (91) 3251-2305 / (91) 9 8139-2278 - CNPJ: 04.929.345/0001-85



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2266285

Anexo/Sequencial: 38

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2012.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: Luis Carlos Braga Campelo,

CPF: ***.426.092-**

Em: 14/04/2026 17:28:57

Aut. Assinatura: ec49d082fc95e2d7ba135960ca887e3b1640034babfca1d59d421267394edd02



Identificador de autenticação: d8227d57-2138-4b30-91be-c9b56a615d78

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>